

RECURSO ESPECIAL Nº 1.701.351 - RS (2017/0252998-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROCURADORES : MARCELO AYRES KURTZ - RS035918
MARCIA MARIA BOZZETTO - RS057862
RECORRENTE : GILDA CAMPOS DOS SANTOS
RECORRENTE : LEANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA
RECORRENTE : MARCELO CAMPOS DOS SANTOS
RECORRENTE : PATRICIA CAMPOS DOS SANTOS
RECORRENTE : DENISE CAMPOS DOS SANTOS
ADVOGADOS : LAURO MOISES DE MOURA BASTOS - RS064593
ANDRE ROBERTO SOUZA MOREIRA - RS076475
PATRÍCIA DOLMAZE BUCHMANN - RS089288
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : HOSPITAL DE CARIDADE DR ASTROGILDO DE AZEVEDO
ADVOGADO : ALETHEIA CRESTANI E OUTRO(S) - RS049085

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM e recurso especial adesivo apresentado por GILDA CAMPOS DOS SANTOS, LEANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA, MARCELO CAMPOS DOS SANTOS, PATRICIA CAMPOS DOS SANTOS e DENISE CAMPOS DOS SANTOS, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 654):

ADMINISTRATIVO. DANO MORAL. DANO MATERIAL. ACIDENTE DE MOTO. TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR DEFICIENTE. Os pressupostos da reparação civil são o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade. No caso concreto, estão demonstrados os requisitos para a configuração do dever de indenizar, a saber: a) o fato (atendimento médico e hospitalar deficiente); b) a omissão estatal revelada na falha de serviço prestado nos hospitais; c) o dano (óbito da vítima); d) o nexo de causalidade.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 717).

Nas suas razões, a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM aponta violação do art. 1.022 do CPC/2015, do art. 333, I, do CPC/1973 e dos arts. 186, 927 e 944 do Código Civil e defende (I) a nulidade do acórdão; (II) que não são devidos danos morais no caso concreto e (III) que a indenização foi fixada em patamar excessivo.

No recurso especial adesivo, GILDA CAMPOS DOS SANTOS, LEANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA, MARCELO CAMPOS DOS SANTOS, PATRICIA CAMPOS DOS SANTOS e DENISE CAMPOS DOS SANTOS indicam ofensa do art. 948, II, do Código Civil e aduzem a necessidade de concessão de pensionamento mensal vitalício.

Contrarrazões às e-STJ fls. 771/780 e 786/811.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 815/816 e 818/819).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Considerado isso, passo à análise do recurso especial da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM**.

Quanto ao apontado art. 1.022 do CPC/2015, forçoso convir que não há que se cogitar violação do referido dispositivo se todas as questões necessárias ao desate da controvérsia foram examinadas e decididas, ainda que em desacordo com o pleito da parte recorrente, como ocorreu *in casu*.

Ademais, o julgador não está adstrito à fundamentação adotada no recurso para dirimir a demanda, assim como não está obrigado a refutar expressamente todas as teses aventadas pela defesa, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais rejeitou a pretensão deduzida.

Nesse sentido, consultem-se o AgInt no AREsp 1.073.999/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017; AgInt no AREsp 790.307/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017.

Por outro lado, extrai-se do julgado o seguinte trecho (e-STJ fls. 635/649):

Na madrugada de 27 de junho de 2009, por volta das 2h:46min, conforme relatado no Boletim de Ocorrência do sinistro, o falecido Luciano Santos sofreu acidente de trânsito em via pública, quando pilotava uma motocicleta. Foi socorrido e encaminhado ao Hospital de Caridade pelos bombeiros, havendo registro de atendimento naquele nosocômio às 3h:04min. Na sequência, há anotação de seu ingresso no setor de atendimento no HUSM às 5h:09min da madrugada do dia 27/06/2009. Veio a óbito às 8h:10min do mesmo dia, atestando o Auto de Necropsia que a causa mortis foi 'politraumatismo com tamponamento cardíaco e choque hemorrágico agudo' (hemotórax e hemoperitônio).

Visam os autores desta ação o recebimento de indenização devido à falha em atendimento médico que resultou no óbito do paciente.

[...]

A controvérsia dos autos cinge-se em saber se durante o tempo decorrido desde o primeiro atendimento médico até o falecimento o autor obteve tratamento adequado e se o óbito poderia ser evitado, bem assim, se o

falecimento foi decorrência, em algum grau, de negligência ou imperícia nos atendimentos prestados pelo HCAA e HUSM.

O Hospital de Caridade (fls. 111/122), diz, em sua defesa, que o paciente foi assistido com todo zelo e presteza, sendo realizados avaliação clínica e os exames de emergência recomendados (tomografia de abdômen e radiografia do fêmur; fls. 126/127), e que a transferência para o HUSM foi procedida por solicitação dos familiares do falecido.

Na contestação (fls. 139/143), a UFSM refere que não houve falha no atendimento médico prestado ao falecido, tendo sido adotadas as providências adequadas ao diagnóstico prévio e ao quadro de saúde que apresentava quando encaminhado pelo HCAA.

Nesse passo, cumpre analisar primeiramente a prova testemunhal (fls. 219/227 e 270/277), cujos aspectos principais destaco, e, a seguir, os pontos em que é corroborada pela prova técnica.

[...]

Destacada a prova testemunhal, necessário, agora, examinar o laudo pericial, que esclarece pontos fundamentais sobre a controvérsia em pauta. O laudo pericial indireto foi elaborado preponderantemente com supedâneo na prova documental dos atendimentos prestados ao autor no HCAA e HUSM, carreada aos autos. Transcrevo, a seguir, as respostas mais elucidativas do expert (fls. 348/351 e 381):

[...]

Com base no acima transcrito, infere-se que as respostas do expert foram conclusivas no sentido de evidenciar o atendimento deficitário prestado pelo HCAA, que autorizou a transferência do falecido para outro hospital, quando o médico responsável havia identificado, através dos exames clínicos realizados, a gravidade da situação de traumatismo torácico associado à hemopericardio e a instabilidade do ponto de vista hemodinâmico, quadro clínico com sinais claros de que poderia evoluir para parada cardiorespiratória. Tal hipótese reclamava a imediata internação do falecido e seu encaminhamento urgente para tratamento cirúrgico do possível derrame pericárdico, todavia, inadvertidamente, o HCAA encaminhou o paciente para o HUSM.

[...]

Pontuo, assim, que o HCAA não atuou com o necessário zelo em relação ao falecido, tendo falhado ao encaminhar ao paciente para o HUSM, quando havia indícios contundentes de que sua condição de politraumatizado reclamava tratamento cirúrgico imediato e impedimento clínico à sua remoção. Com relação ao HUSM, tenho que igualmente ficou demonstrada deficiência no atendimento prestado ao falecido. Do conjunto da prova colhida, vislumbro que o paciente não recebeu os devidos cuidados quando adentrou ao pronto atendimento desse nosocômio.

[...]

Nesse passo, tanto a prova documental, quanto a testemunhal, mostram de forma escorreita a questão do agravamento do estado de saúde de Luciano, após ser transportado para o HUSM. De outro norte, revelam que, chegando ao HUSM, o paciente não obteve a assistência médica que sua situação de politraumatismo requeria.

[...]

Portanto, a responsabilidade do Hospital de Caridade e da UFSM (HUSM) ficou comprovada pela prova dos autos, que demonstrou, com meridiana clareza, que a morte não teria ocorrido, pelo menos não naquelas condições, se seus prepostos não tivessem obrado com imperícia e negligência no atendimento prestado ao familiar dos autores.

Incorreram, pois, na chamada falta do serviço, eis que o serviço de saúde, que lhes cabia, foi prestado de modo deficiente.

[...]

Em face desses pressupostos, atenta às peculiaridades do caso concreto, conforme fundamentação retrolançada, e observado o princípio da razoabilidade, fixo a verba indenizatória, a título de dano moral, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Entendo que a referida verba deverá ser rateada na proporção de 70% para Gilda Campos dos Santos, na condição de mãe do falecido, 30% para os demais autores, irmãos daquele.

[...]

As provas dos autos (anexospetic4, fl. 42) revelam que o HUSM não utilizou todos os recursos disponíveis ao perfeito atendimento médico e hospitalar para a situação que se apresentava, ou seja, para um paciente que dava entrada no hospital com politraumatismo decorrente de acidente. O paciente chegou no hospital e foi prontamente atendido no que diz respeito ao traumatismo de fêmur, mas não foram observadas outras lesões, como a contusão pulmonar. Portanto, o serviço foi prestado com deficiência.

Como dito anteriormente, havendo falha no atendimento, há ato ilícito passível de gerar indenização por dano moral. No caso, tratando-se de morte de familiar, o dano é presumido. Logo, é devida indenização por dano moral.

Como se vê, em face das premissas fáticas assentadas no acórdão objurgado, a modificação do entendimento firmado pelas Instâncias ordinárias no sentido da procedência da demanda indenizatória demandaria, indubitavelmente, o reexame de todo material cognitivo produzido nos autos, desiderato incompatível com a via especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ART. 219 DO CPC/73. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

4. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, acerca da comprovação dos danos morais e materiais, da falha no serviço e do nexo de causalidade, tal como colocadas essas questões nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 150.872/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 03/02/2017).

No tocante à redução da indenização devida a título de danos morais, observo que incide o óbice sumular 7 do STJ, pois esta Corte entende que a revisão do *quantum* indenizatório somente é possível em hipóteses excepcionais, quando verificada a ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, situação não evidenciada nos autos (R\$ 120.000,00 – cento e vinte mil reais, pelo falecimento de paciente atendido em hospital após acidente de motocicleta).

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA FILHA DOS AUTORES. PRETENDIDA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 29/05/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de ação de indenização por danos morais, proposta em desfavor do Município de Itatinga, em decorrência da morte da filha dos autores, em acidente ocorrido com ônibus da Municipalidade.

III. No que tange ao quantum indenizatório, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que "a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. **A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 927.090/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016).**

IV. No caso, o Tribunal de origem manteve o valor fixado pelo Juízo de 1º Grau, ressaltando que "o montante fixado em primeira instância, equivalente a trezentos salários mínimos, mostra-se mais adequado para a reparação dos danos morais, tendo em vista que o pagamento será feito com dinheiro público de município pequeno, cuja população não atinge vinte mil habitantes, o que recomenda estrita observância aos princípios da moderação e razoabilidade, ainda mais tendo em conta as condições econômicas dos beneficiários, pobres na acepção jurídica do termo". Com efeito, o valor fixado pelas instâncias ordinárias - equivalente a 300 (trezentos) salários-mínimos - não se mostra irrisório, diante das peculiaridades da causa, expostas no acórdão recorrido.

V. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1095017/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 23/10/2017) (Indenização por dano moral: R\$ 124.500,00 – cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais). (Grifos acrescidos)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ÓBITO DO GENITOR. DANO MORAL. VALOR ESTIPULADO CONSIDERADO IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. No caso dos autos, o recorrente ajuizou ação de ressarcimento por danos materiais e morais, em virtude do falecimento de seu genitor, que sofreu um acidente na Rodovia PR-340, em face do precário estado de conservação da via asfáltica cuja responsabilidade era do agravado. O juízo monocrático reconheceu a responsabilidade do recorrido e fixou a indenização por danos morais em R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil), e o Tribunal local reduziu a respectiva indenização para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

2. A pretensão se enquadra nas exceções que permitem a revisão dos valores fixados a título de danos morais, uma vez que o quantum arbitrado se mostra irrisório diante de casos semelhantes em indenizações por óbito em acidente de trânsito, razão pela qual é mister restabelecer o valor da indenização fixada pelo juízo de 1º grau. Portanto, há de ser flexibilizado o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no Ag 1007475/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 17/04/2015; AgRg no AREsp 626.720/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/02/2015.

3. Recurso especial provido. (REsp 1.540.158/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016) (Indenização por dano moral: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)).

Passo ao exame do **recurso especial adesivo de GILDA CAMPOS DOS SANTOS, LEANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA, MARCELO CAMPOS DOS SANTOS, PATRICIA CAMPOS DOS SANTOS e DENISE CAMPOS DOS SANTOS.**

Com efeito, em relação ao pensionamento mensal, assim se manifestou o Tribunal de origem (e-STJ fls. 713/714):

Os ora embargantes alegam que o julgamento embargado incorreu em erro material em relação a três pontos: (a) a mãe da vítima não percebe aposentadoria por tempo de serviço, e sim pensão alimentícia do ex-marido, de forma que R\$ 284,46 é o valor de renda que deve ser observado para fins de aferição da sua situação de dependência em relação ao filho falecido; (b) a vítima percebia remuneração, em seu último vínculo empregatício, no valor de R\$ 1.001,56; (c) a quantia de R\$ 538,88 não fazia parte dos rendimentos da mãe da vítima à época do fato; pois passou a receber o benefício de pensão por morte justamente em razão do óbito de seu filho.

Em relação ao valor percebido pela mãe da vítima, as provas dos autos informam que a autora Gilda Campos dos Santos recebe o NB 1421870727 (aposentadoria por tempo de contribuição) que, na data de 01/07/2010 equivalia a R\$1.599,03, conforme informações do Sistema Único de Benefícios - INFBEN (evento 8, contes/impug 17, fl. 17).

Contudo, na época dos fatos (junho 2009), a Sra. Gilda Campos dos Santos recebia 20% do valor desse benefício, ou seja, 20% do valor da aposentadoria por tempo de serviço de seu ex-marido, que consubstanciava a quantia de R\$ 301,30 (evento 8 - PET21, p. 35). Já a vítima, filho de Gilda, nos meses que antecederam o falecimento, percebia os seguintes salários: janeiro/1989 - R\$ 484,00; no mês de fevereiro/1989 - R\$ 500,78, abril/89 - R\$ 500,78; maio/89 - 250,39; junho/89 (mês do acidente), o salário era de R\$ 1.001,56.

Analizando a situação na época dos fatos (junho 2009), mãe e filho recebiam, em média, valores aproximados. Assim, não se pode afirmar que o filho sustentava a casa, ou que a mãe viveria em situações precárias se o filho não sustentasse a casa. O que se verifica é que o filho possivelmente contribuía no pagamento das despesas do lar, mas a mãe não dependia economicamente dele. Desta forma, tenho que deve ser mantida a sentença de improcedência que não reputou comprovada a relação de dependência econômica da autora Gilda Campos dos Santos em relação ao filho falecido, Luciano Campos dos Santos.

Em relação ao valor de R\$ 538,88, percebido a título de pensão por morte, da análise do documento acostado pela UFSM (evento 8 - CONTES/IMPUG17, p. 18), constato que a data de início do benefício (DIB) é 27/06/2009, ou seja, a data da morte de seu filho, e a data de entrada do requerimento (DER) é 16/07/2009. Portanto, esse valor não pode ser considerado para auferir a dependência econômica da mãe em relação ao filho vitimado no acidente em questão.

Em relação à renda auferida pela vítima, também conforme documento acostado pela UFSM (evento 8 - CONTES/IMPUG17, p. 21), a última remuneração de Luciano Campos dos Santos foi de R\$ 1.001,56 (junho de 2009), mas, como referido anteriormente, a vítima percebia, nos meses que antecederam ao acidente fatal, os valores de janeiro/1989 - R\$ 484,00; no mês de fevereiro/1989 - R\$ 500,78, abril/89 - R\$ 500,78; maio/89 - 250,39; junho/89

(mês do acidente), o salário era de R\$ 1.001,56 Assim, considerando o acima exposto conheço dos Embargos de Declaração para sanar omissão no que diz respeito ao valor de R\$ 538,88, percebido a título de pensão por morte, contudo, nego provimento aos Embargos de Declaração, para manter o entendimento exposto no voto. (Grifos acrescidos).

Assim, *in casu*, discordar do aresto recorrido, que decidiu pela improcedência do pensionamento mensal, envolve necessário revolvimento do quadro fático-probatório dos autos, o que é vedado na via do especial pelo óbice da Súmula 7 desta Corte.

Ilustrativamente:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 557 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE DETENTO NAS DEPENDÊNCIAS DO CARANDIRU. MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. IRRISORIEDADE RECONHECIDA. DANOS MATERIAIS. PENSÃO MENSAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. Não transgredir o art. 557 do CPC/73 o julgamento do recurso especial, em modo monocrático, quando presentes os requisitos que autorizam o relator a assim decidir.

2. Evidenciada a irrisoriedade do valor arbitrado, cabe, na via recursal especial, a majoração do quantum atinente aos danos morais, que, no caso concreto, corresponderá ao montante originariamente fixado na sentença, a qual, nesse ponto, fica restabelecida.

3. O pensionamento mensal foi rejeitado pelas instâncias ordinárias em virtude da assentada falta de demonstração da dependência econômica entre o autor e seu genitor, bem assim porque não se trouxe aos autos qualquer evidência de que o falecido detento exercesse atividade lícita antes de seu encarceramento. Rever tais premissas esbarraria no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se dá parcial provimento.

(AgRg no AREsp 487.520/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO e, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial adesivo de GILDA CAMPOS DOS SANTOS, LEANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA, MARCELO CAMPOS DOS SANTOS, PATRÍCIA CAMPOS DOS SANTOS e DENISE CAMPOS DOS SANTOS.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a majoração dessa verba, em desfavor de cada recorrente, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator